

POR UMA SENHORA LISBOA

Programa Eleitoral do PSD para a Câmara Municipal de Lisboa
2017-2021



TERESA LEAL COELHO
#PORUMASENHORALISBOA

PROMOVER O CICLO VIRTUOSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

A candidatura social-democrata à Câmara Municipal de Lisboa representa a mudança que a cidade e os seus habitantes merecem e precisam. As pessoas querem uma cidade onde se possa viver, trabalhar e circular.

Lisboa tem perdido população e qualidade de vida a um ritmo alucinante, e continuará a perder se não forem executadas políticas que tenham como objetivo **criar condições para aqueles que vivem e para os que querem viver em Lisboa o possam fazer com qualidade.**



Lisboa é uma cidade atrativa, com excelentes condições para quem nos visita, mas a cidade e os seus habitantes **têm sido maltratados pela falta de políticas que fomentem condições de sustentabilidade para quem aqui vive.**

O turismo é um motor da economia da cidade que queremos manter e fomentar, porque gera oportunidades de empreendedorismo e emprego e **gera receitas que permitem investimento nas condições de vida das pessoas que aqui residem e trabalham e das pessoas que querem viver em Lisboa.** Nos últimos dez anos, o executivo socialista ignorou as necessidades de habitação e circulação das pessoas, dificultando o seu quotidiano e minando o seu futuro.

Nós, sociais-democratas, somos **a verdadeira alternativa** ao atual executivo. A nossa aposta está focada na conciliação entre uma Lisboa atrativa que capta investimento, turismo e economia e uma **Lisboa serena que promove qualidade de vida para quem aqui vive. Os custos de contexto de viver na cidade de Lisboa têm de ser compatíveis com os rendimentos auferidos.**

Queremos uma Lisboa cosmopolita, inclusiva e integrada numa economia partilhada, com condições e oportunidades para todos. A nossa prioridade será **garantir equidade e qualidade de vida às pessoas que moram e trabalham em Lisboa,** apostando em políticas de constante reforço da coesão social e económica.

Lisboa precisa de pessoas para ser competitiva. A cidade continuará a perder população se não forem levadas a cabo políticas que tenham como objetivo criar condições de vida que respondam às necessidades quotidianas da população mais jovem. O envelhecimento da população é inevitável e a cidade tem de se adaptar a esta realidade, tendo em vista a manutenção de um equilíbrio etário saudável.

A Câmara Municipal deve optar por uma gestão rigorosa e equitativa dos seus recursos, apostando numa cidade feita à medida das

gerações e do seu quotidiano, nomeadamente na promoção de igualdade de oportunidades no desenvolvimento humano, social e económico, sem segregação de nenhuma das partes que integram a comunidade que é Lisboa. **Transparência, previsibilidade e confiança serão as marcas da nossa gestão camarária.**

Acreditamos numa cidade para todos e feita por todos, sem complexos ou cedências ideológicas.

- » Temos a responsabilidade de fomentar a confiança no setor privado enquanto elemento crucial para o desenvolvimento da cidade.
- » Temos a responsabilidade de garantir condições de estabilidade aos empreendedores para que se sintam parceiros de um projeto coletivo.
- » Temos a responsabilidade de garantir condições de transparência e celeridade adequadas às exigências da vida contemporânea.

A nossa visão estratégica assenta num modelo de gestão participada e que presta contas aos cidadãos. Apostamos na promoção de projetos urbanos sustentáveis e financeiramente equilibrados, cumprindo uma rigorosa gestão de recursos, que devem estar focados na qualidade dos espaços, das atividades e dos serviços. **O nosso objetivo é servir quem vive e quem quer viver em Lisboa.**

Por isso, as nossas prioridades são as condições de vida das pessoas. Mas de todas as pessoas!

Lisboa é uma cidade de geometria variável. Esta realidade diversa exige dos responsáveis políticos uma visão estratégica assente em linhas programáticas, orientada para a resolução dos problemas concretos de cada grupo, de cada freguesia, de cada bairro, de cada comunidade que compõe Lisboa.



A Câmara Municipal de Lisboa tem de atuar a várias velocidades, adaptando-se à urgência dos problemas das pessoas.

Lisboa é também uma cidade com um perfil demográfico muito particular. Temos de olhar para o tecido social que compõe Lisboa e dar prioridade às necessidades mais prementes em cada bairro de cada segmento das comunidades existentes em Lisboa.

Mais de metade da população da cidade tem mais de 50 anos, um quarto da população tem mais de 65 anos e um quinto vive em habitação municipal.

Nos dez anos de executivo socialista, os investimentos feitos na cidade concentraram-se exclusivamente na Lisboa dos turistas e não dos seus residentes. O atual executivo camarário preferiu investir em infraestruturas, atividades e obras de embelezamento nas zonas turísticas, em vez de criar um sistema de apoio domiciliário aos mais velhos ou de promover uma rede de creches para as crianças.

O atual executivo camarário apostou em obras e projetos para a cidade que a tornam, em alguns locais, mais bonita, mas deserta de residentes e vazia de comércio local. O atual executivo camarário apostou na venda de património e na consequente especulação imobiliária e esqueceu políticas de habitação e de reabilitação do património imobiliário. O atual executivo camarário investiu em obras de pavimentação e esqueceu a mobilidade e o estacionamento.

O nosso compromisso é um compromisso ético, de transparência e de envolvimento para com os cidadãos de Lisboa. Com o orçamento da Câmara, de cerca de 925 milhões de euros, e das 24 juntas de freguesia, de cerca de 140 milhões de euros, vamos melhorar a vida das pessoas que vivem e trabalham em Lisboa, **porque é essa a nossa prioridade para o mandato 2017/2021, sustentado em cinco grandes eixos:**

1. HABITAÇÃO.

2. MOBILIDADE.

3. DESENVOLVIMENTO HUMANO.

4. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO.

5. TRANSPARÊNCIA.



HABITAÇÃO

POR UMA CIDADE ONDE VIVEM AVÓS, FILHOS E NETOS

Viver em Lisboa com qualidade de vida não pode ser uma utopia. O executivo municipal e os executivos de freguesia têm competências, recursos financeiros, humanos e património que permitem adotar políticas públicas para fomentar condições de acesso à habitação. Porém, estes recursos têm sido subaproveitados, com consequências nefastas para todos.

A habitação é um problema central de Lisboa. A cidade perde habitantes de ano para ano e continua a haver milhares de casas vazias e ao abandono. Nos últimos anos, muitas pessoas saíram de Lisboa para morar em concelhos limítrofes, porque a possibilidade de escolha de arrendar ou comprar casa deixou de estar ao seu alcance. Os jovens e a classe média têm sido as principais vítimas das políticas camarárias, que têm tido como consequência a especulação imobiliária. **As políticas do atual executivo não têm como finalidade servir nem quem vive nem quem quer viver em Lisboa.**

A Câmara Municipal de Lisboa é o maior proprietário imobiliário de Lisboa e, por isso, todas as políticas, medidas e ações que desenvolve têm um impacto manifesto nas condições do mercado, quer do arrendamento, quer da compra de casa.

Nos últimos dez anos, o executivo socialista optou sistematicamente pela angariação de receitas através da venda de património, em vez de reabilitar e colocar no mercado de arrendamento os fogos de que a Câmara é proprietária. Quando o atual executivo opta por vender fogos em hasta pública está a promover a especulação dos preços do imobiliário. **A Câmara deve dar o exemplo, optando por políticas e medidas para fomentar a habitação em Lisboa em condições sustentáveis e de acordo com os rendimentos das pessoas.**

Por outro lado, o atual executivo camarário, em comunhão com as opções ideológicas do atual Governo nacional e dos seus parceiros, defende políticas e medidas que geram desconfiança nos proprietários. A incerteza e instabilidade consequentes das alterações introduzidas à lei das rendas pela atual maioria parlamentar inverteu a tendência que se verificava em Lisboa após a adoção da legislação de 2012. Depois de 2012, o número de fogos colocados pelos privados no mercado do arrendamento aumentou de forma significativa e com o aumento da oferta as rendas baixaram.

Após a reversão da reforma pela atual maioria apoiada pelo executivo camarário, os proprietários optaram pelo alojamento local e pelo arrendamento a estudantes porque o arrendamento para habitação se tornou um negócio de alto risco. Com a diminuição da oferta de casas para habitação, os valores para arrendamento e compra aumentaram. Por conseguinte, o atual executivo camarário é corresponsável por políticas e medidas que são causa direta da diminuição da oferta e do aumento das rendas. O repovoamento da cidade só é possível se os proprietários sentirem confiança no mercado.

É preocupante e grave que, havendo tantas casas vazias em Lisboa, a Câmara lance agora um programa de 6 mil casas de construção nova, com rendas acessíveis, prejudicando os esforços de reabilitação do parque habitacional mais antigo (importa dizer que, até ao presente, o executivo camarário não explicou como se calcula o valor destas rendas). Se a estes dados acrescentarmos a situação de cerca de 10 mil prédios que estão na posse de heranças indivisas, muitos há mais de 20 anos, é possível ficar com uma ideia bastante precisa do grau de abandono de edifícios em Lisboa.

O atual executivo da Câmara Municipal de Lisboa tem sido o principal responsável pela gestão errada do problema da habitação.

Sendo o maior proprietário da cidade, a autarquia tem delapidado o património municipal em operações que se destinam exclusivamente a obter liquidez imediata, dinheiro esse que é de imediato destinado a outros fins.

É nossa prioridade que o património municipal seja usado para desenvolver uma nova política pública de regeneração urbana, de repovoamento da cidade e de valorização dos bairros sociais. É inaceitável que durante mais de 4 anos o executivo nada tenha feito para dar uso a mais de 1600 habitações municipais que estiveram vazias, ao mesmo tempo que anunciava existirem mais de 2,5 mil famílias a pedir casa.

O estado em que se encontram muitos dos bairros municipais é desolador. As mais de 1600 casas municipais que se encontram vazias ou devolutas são a face visível da inércia e da indiferença do atual executivo camarário. Nalguns bairros, a Câmara não tem tido a capacidade de promover condições de reconciliação e reinserção, bem como medidas de gestão e manutenção do património municipal. O valor das rendas em dívida não para de crescer, registando-se, em 2015, cerca de 8.266 mensalidades em dívida, número que faz de Lisboa o município nacional com maior número de rendas em dívida, seis vezes mais que os municípios que se seguem (Almada, Porto e Loures). As rendas em dívida de Lisboa correspondem hoje a mais de um quarto das rendas em dívida do país (cerca de 26,8%). Perante isto, é mais do que evidente que a Câmara não tomou medidas de gestão efetiva do património municipal.

Connosco a política será diferente. Assim, propomos:

- » Recuperar a confiança e promover uma parceria saudável e construtiva com os proprietários e senhorios de Lisboa, que facilite o regresso dos cidadãos ao centro e contribua para a revitalização da cidade.
- » Colocar no mercado de arrendamento os cerca de 2000 fogos de património disperso de propriedade camarária que se adequem à habitação, depois de efetuada a necessária reabilitação, aumentando assim a oferta e tornando o mercado das rendas para habitação mais acessível.



- » Canalizar para a reabilitação de fogos destinados à habitação as receitas da venda do património disperso de propriedade camarária que não tenha como função a habitação.
- » Agilizar a entrega de habitação municipal, reduzindo esse prazo a um máximo de três meses a contar da data em que a casa vaga e garantindo taxas de distribuição sempre próximas dos 100%, resolvendo assim a situação dos mais de 1600 fogos municipais que se encontram devolutos.
- » Criar uma bolsa de fogos municipais expectantes, destinada ao alojamento provisório de famílias desalojadas ou de refugiados.
- » Exigir medidas legislativas que permitam ao executivo camarário adotar políticas de discriminação positiva, nomeadamente a isenção de IMI para a compra de habitação permanente ou destinada ao arrendamento para habitação, com contrato igual ou superior a um ano, nos seguintes termos:
 - » Isenção por um período de dez anos para casas com valor patrimonial igual ou inferior a 250 mil euros.
 - » Isenção por um período de 5 anos para casas com valor patrimonial igual ou inferior a 500 mil euros.
- » Desenvolver o Programa Lisboa Reabilita, estruturado em dois eixos:
 - » Um programa plurianual de reabilitação urbana orientada para toda a cidade, apoiado numa linha de financiamento bonificado, para habitação própria ou arrendamento, enfrentando o problema dos mais de 50 mil fogos devolutos.
 - » Um programa plurianual de reabilitação de 10 mil fogos dos bairros municipais, num universo total de 25 mil, contemplando a venda de fogos em propriedade plena e a preços acessíveis aos arrendatários interessados, incentivando a sua conservação.



- » Integrar no Programa Lisboa Reabilita uma componente de habitação jovem, estimando-se que cerca de um terço dos fogos antigos reabilitados possa ser disponibilizado em regime de arrendamento com rendas condicionadas a jovens com menos de 35 anos, de modo a:
 - » Fixar na cidade os filhos dos que aqui vivem, evitando que tenham de sair da cidade quando iniciam a sua vida autónoma.
 - » Captar novos casais jovens em idade ativa com emprego na cidade, associado ao apoio à reabilitação urbana.
 - » Apoiar o início de vida dos jovens à guarda do Estado, criados em instituições de Lisboa, articulado com as instituições que asseguraram o seu processo educativo, mediante um eixo especial do Programa Lisboa Reabilita.

- » Desenvolver um projeto misto nos terrenos da antiga Feira Popular que inclua habitação, escritórios, equipamentos de utilização coletiva, estacionamento subterrâneo (com uma parte para residentes da zona) e espaços verdes.
- » Impulsionar a criação de novas cooperativas de habitação através da disponibilização de terrenos municipais para construção, introduzindo medidas de salvaguarda quando o uso for desvirtuado ou em caso de venda, estabelecendo-se um regime de compensação para a Câmara Municipal com uma taxa de mais-valia superior.
- » Assumir uma forte intervenção política junto do Governo com vista a dinamizar o mercado de arrendamento, direcionando, em particular, o apoio público para a habitação jovem e revendo a lei do arrendamento.
- » Retomar uma política de proximidade às situações de maior emergência, com o apoio das juntas de freguesia, e assegurar a realização das obras básicas necessárias, com vista a garantir condições de acessibilidade e habitabilidade.



MOBILIDADE

POR UMA CIDADE ONDE SE PODE CIRCULAR

A falta de visão revelada na política de mobilidade do atual executivo camarário tem provocado crescentes dificuldades na vida e no quotidiano das pessoas que circulam em Lisboa e, muito particularmente, dos residentes em Lisboa.

Sem planeamento estratégico, o atual executivo camarário tem adotado medidas isoladas que não só não visam ordenar o tráfego em Lisboa, como provocam o agravamento da circulação na cidade, seja na circulação automóvel, de motociclos ou dos transportes públicos à superfície. Além disso, tem-se verificado uma degradação crescente do estacionamento automóvel e de motociclos. Esta realidade é evidente quando avaliamos o programa de obras efetuadas e a decorrer nos grandes eixos viários, bem como na reorganização dos lugares de estacionamento levada a cabo pela EMEL.

As redes de transportes, de circulação e de comunicações estabelecem condições de acesso e de mobilidade que são absolutamente determinantes para opções como: onde viver, trabalhar ou almoçar, bem como para opções estratégicas como: onde instalar a empresa, o escritório ou um serviço.

O crescimento urbano foi exponencial nas últimas décadas em Lisboa e nos concelhos limítrofes. Políticas erradas podem levar ao descentramento urbano e à conseqüente perda de importância de algumas zonas em detrimento de outras.

Compete ao poder político, no âmbito das suas competências e da sua capacidade de diálogo, promover políticas e medidas que garantam alternativas viáveis para que cada pessoa possa optar

pelo meio de transporte que lhe dê garantias de conforto, rapidez e segurança. Assim, compete à Câmara Municipal de Lisboa promover um aumento significativo da abrangência e eficiência do sistema de transportes públicos da cidade.

Por outro lado, compete à Câmara Municipal de Lisboa ordenar os sentidos de trânsito na cidade por forma a assegurar fluidez na circulação e a evitar constrangimentos de trânsito.

Compete, ainda, à Câmara a criação de parques dissuasores nas zonas periféricas da cidade de Lisboa que potenciem a opção por alternativas à utilização do automóvel dentro da cidade, tendo em conta um planeamento integrado que garanta transportes públicos de qualidade e com horários compatíveis com as necessidades das pessoas.

Mas, as intervenções do executivo camarário têm vindo a acelerar a degradação do trânsito e do estacionamento em Lisboa. As condições em que se circula em Lisboa são hoje insuportáveis. A Câmara tem vindo a eliminar maciçamente lugares de estacionamento. Quem mais se ressentem são as pessoas que residem e as que trabalham na cidade de Lisboa.

As deslocações diárias múltiplas são um dos fatores que caracteriza a sociedade contemporânea, pelo que a abrangência da cobertura territorial se revela um fator crítico do sistema de transportes, sendo altamente penalizadora a existência de zonas com deficiência de serviço. Os cidadãos de Lisboa, residentes ou trabalhadores, não conseguem deixar o automóvel em casa se não se conseguirem deslocar com rapidez para certas zonas da cidade.

Esta é a perna coxa da política de mobilidade de Lisboa. Não podemos retirar mobilidade às pessoas sem oferecer alternativas viáveis. Os dados de 2011 revelam que cerca de metade da população residente em Lisboa recorria ao transporte individual.

A título de exemplo, a atual cobertura territorial do Metropolitano de Lisboa é amplamente deficitária, sendo omissa o papel

político da Câmara Municipal em reivindicar, junto do Governo, o investimento para cobrir as zonas cinzentas do sistema. Destaca-se sobretudo toda a área ocidental da cidade, onde existem ilhas isoladas do sistema de transportes públicos: i) várias zonas de elevada intensidade de tráfego pendular, associado a polos relevantes de emprego e ensino na cidade que a autarquia, a seu tempo, legitimou, como as Amoreiras ou o Polo Universitário da Ajuda; e ii) vários bairros habitacionais principais da cidade, como Campolide, Campo de Ourique, Santo Amaro ou o Restelo.

Lisboa precisa da visão social-democrata e da liderança política que não tem tido na área da mobilidade. Assim, propomos:

- » Estender a rede de transportes públicos a todos os residentes e equipamentos da cidade, oferecendo maior abrangência territorial e alargamento de horários, aumentando, deste modo, a eficiência das alternativas de transporte público.
- » Reivindicar ativamente junto da administração central a gestão integrada da Carris, Metropolitano de Lisboa e Transtejo.
- » Concessionar a gestão operacional dos transportes públicos de Lisboa a entidades privadas, com contratos de 8 a 10 anos, através de concurso público internacional, para que os cidadãos possam usufruir de um serviço de melhor qualidade do que aquele que existe atualmente, transferindo a responsabilidade de investir para o privado.
- » Reivindicar junto da administração central que inverta a decisão tomada de prolongamento do Metropolitano, juntando a linha amarela à linha verde.
- » Defender o alargamento do Metropolitano, desde que esteja garantida a disponibilidade financeira, para permitir a extensão da linha



vermelha a partir de São Sebastião, com estações em Campolide, Amoreiras, Campo de Ourique, Prazeres, Alvito, Santo Amaro, Pólo Universitário da Ajuda, Alto do Restelo, Restelo e Algés, cobrindo assim a zona ocidental da cidade que tem sido totalmente esquecida pela rede de transportes públicos.

- » Reivindicar junto da administração central a modernização da linha de comboios de Cascais, onde importa reforçar a intermodalidade com as restantes linhas ferroviárias, nomeadamente a linha de cintura de Lisboa e o Metropolitano.
- » Implementar um modelo de Tram-Tram, com vista a servir melhor o troço entre o Cais do Sodré e Algés, com estações em Santos, Rocha do Conde de Óbidos, Alcântara-Mar, Junqueira, Palácio de Belém, Belém, Pedrouços e Algés.
- » Implementar uma rede de transportes públicos fluviais, coletivos e individuais, ao longo da frente ribeirinha, desde Algés até ao Parque das Nações, abrindo a possibilidade de alargar esta iniciativa a outros municípios adjacentes, tais como Oeiras, Cascais, Loures e Vila Franca de Xira.
- » Reverter o sentido do trânsito nas laterais da Avenida da Liberdade, implementando uma via ascendente e outra descendente e permitindo estacionamento oblíquo para moradores em ambas as vias.
- » Combater o estacionamento em segunda fila, que constitui hoje uma das principais causas de engarrafamentos na cidade.
- » Reposicionar a EMEL enquanto organizador de estacionamento público e estancar a sua atuação como banco financiador da Carris e de outros caprichos do atual executivo.

- » Reverter as recentes opções de diminuição dos lugares de estacionamento na cidade de Lisboa, decorrentes das alterações introduzidas pela EMEL.
- » Aumentar os lugares de estacionamento para motociclos.
- » Conceder mais espaço aos lugares de estacionamento para pessoas com deficiência motora e mobilidade reduzida, de modo a que aqueles que se deslocam em cadeira de rodas possam sair com conforto das suas viaturas.
- » Promover a construção de parques de estacionamento subterrâneos, silos automóveis e parques dissuasores, articulando esta medida com a política de alargamento do serviço de transportes públicos.
- » Introduzir um sistema de passes de estacionamento mensais, semestrais e anuais para residentes, com uma oferta diversificada em termos de zonas e horários, que responda às necessidades dos residentes em Lisboa e lhes permita estacionar sem necessidade de recorrer ao parquímetro ou ficar sujeito a multa, bem como para garantir custos mais baixos.
- » Melhorar as condições de circulação dos cidadãos com mobilidade condicionada, apostando em intervenções materiais e na fiscalização à ocupação abusiva do espaço público.
- » Investir fortemente na infraestrutura de suporte ao veículo elétrico, não repetindo obras como as das Avenidas da República e Fontes Pereira de Melo, onde a obsessão pelo embelezamento esqueceu por completo a instalação de postos de carregamento de veículos elétricos.



- » Alargar a possibilidade do transporte de bicicletas nos transportes públicos, oferecendo assim uma efetiva intermodalidade.
- » Implementar um sistema de *smart parking*, mediante a informatização do estacionamento automóvel em Lisboa, com recurso a tecnologias que identificam os lugares de rua disponíveis e procedem à sua gestão integrada com o estacionamento subterrâneo.
- » Incentivar o licenciamento do *car sharing* elétrico, ainda que o alcance destas plataformas não deva ficar limitado ao município, mas antes situar-se na escala metropolitana.
- » Acelerar a promoção do *bike sharing*, uma funcionalidade urbana que já existe há mais de uma década em várias cidades europeias, mas cujos testes piloto a Câmara Municipal não conseguiu sequer iniciar em dois mandatos.



DESENVOLVIMENTO HUMANO

POR UMA CIDADE INCLUSIVA

Lisboa perdeu 303 mil habitantes entre 1981 e 2015, ou seja, mais de um terço da sua população residente. Esta quebra populacional teve sobretudo lugar nos grupos etários dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 64 anos, isto é, maioritariamente jovens e população ativa.

Neste período, o grupo etário dos 65 anos ou mais registou um aumento de 23,5%, um indicador do aumento da esperança média de vida.

Importa referir, no entanto, que se verificou uma quebra de 50,1% no grupo etário dos 0 aos 14 anos, representando uma diminuição em cerca de 76 mil jovens, num universo que em 1981 se situava nos 153 mil jovens. Estes dados são muito preocupantes, dado que apontam para uma sociedade que poderá vir a ser demograficamente insustentável.

Trata-se de um problema à escala nacional, mas esta realidade é mais acentuada em Lisboa. Em 34 anos, o país perdeu um terço dos seus jovens, enquanto que Lisboa perdeu metade, apesar de ter iniciado um lento processo de recuperação desde 2001.

A sustentabilidade da cidade passa mais por uma efetiva política de apoio à natalidade, à maternidade e paternidade, ao acolhimento de imigrantes, ou à educação jovem, do que pela realização de avultadas obras não estruturais ou pela organização de eventos efémeros e desproporcionados.



Ambicionamos uma orientação estratégica que vise responder a esta situação e rejuvenescer a cidade. Constitui uma orientação política de médio prazo, que obriga a continuidade para ser efetiva, e que, por isso, deve mobilizar toda a sociedade a partir da Câmara Municipal, envolvendo as famílias, as juntas de freguesia, o movimento associativo da cidade, as IPSS, os demais partidos políticos.

Queremos uma cidade solidária e justa, enfrentando *deficits sociais que muitas vezes são menos visíveis.*

Em 2011, viviam em Lisboa 16.196 habitantes com mais de 10 anos que não sabiam ler nem escrever, correspondendo a cerca de 3,2% da população da cidade, sendo que nas mulheres a taxa de analfabetismo representava mais do dobro da taxa masculina. À data, esta situação era particularmente relevante na zona central da cidade (freguesias de Santa Maria Maior, Misericórdia e São Vicente) e no eixo norte da cidade (freguesias de Marvila, Beato, Olivais, Santa Clara e Carnide), encontrando ainda focos localizados nas freguesias da Ajuda e de Campolide.

Relativamente aos sem-abrigo, em 2015, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa contabilizou cerca de 818 pessoas nestas circunstâncias a passar a noite na cidade, dos quais 52,7% dormiam na rua, correspondendo a 431 indivíduos, e cerca de 387 pernoitavam em centros de alojamento de seis instituições da cidade. No total, Lisboa dispõe de 600 vagas em Centros de Alojamento Temporário.

A violência doméstica é também um flagelo que importa enfrentar. No período compreendido entre 2010 e 2014, a Polícia de Segurança Pública registou cerca de 8.287 participações registadas de violência doméstica no concelho de Lisboa, ocorrendo mais de metade entre as 19 horas e as 6 horas do dia seguinte, em ambiente familiar, sendo as vítimas do sexo feminino em aproximadamente 80% dos casos.

É neste quadro que queremos reorientar as prioridades da atuação política da Câmara Municipal de Lisboa. Assim, propomos:

- » Desenvolver um Programa Municipal de Apoio à Natalidade, com implementação delegada nas juntas de freguesia, promovendo um conjunto de incentivos à natalidade.
- » Criar uma loja municipal do bebé, de acesso gratuito, com cedência de equipamentos, fraldas e outros bens, para as famílias sinalizadas, em situação de precariedade ou com ambos os pais desempregados.
- » Investir numa política de creches e jardins de infância, orientada para a cobertura generalizada a todas as áreas e crianças residentes na cidade, para a requalificação dos equipamentos, para o prolongamento dos horários, estabelecendo horários compatíveis com o trabalho por turnos e com o trabalho noturno, e para a diversificação das atividades, assegurando a disponibilidade de cobertura de proximidade para todas as crianças moradoras em Lisboa, bem como a prioridade destas sobre as residentes nos concelhos vizinhos.
- » Criar o Parque Infantil de Lisboa, entidade responsável pelo desenvolvimento de um programa municipal para promover a realização de obras de requalificação das creches e jardins de infância da rede pública ou das instituições particulares de solidariedade social de Lisboa.
- » Apoiar as atividades de animação nas creches e jardins de infância, tirando partido da rede de equipamentos de utilização coletiva de proximidade da autarquia ou com os quais a autarquia tem acordo, desportivos, culturais e outros.



O investimento na escola pública constitui um pilar central na matriz social-democrata. Neste quadro, propomos:

- » Distribuir manuais escolares no segundo ciclo para os jovens residentes em Lisboa oriundos de famílias com baixos rendimentos, apoiada diretamente nas direções das escolas.
- » Rever a Carta Educativa de Lisboa, tarefa que deveria ter sido concluída em fevereiro de 2016, em que são definidas e fundamentadas as estratégias de investimento municipal nos domínios da construção, manutenção e apetrechamento dos estabelecimentos.
- » Lançar um Programa Municipal de Requalificação de Escolas, orientado para a reabilitação dos espaços existentes, alternativo ao Programa Escola Nova que o executivo lançou em 2008, mas que não foi prioritário durante os dois mandatos, resultando na construção de 2 das 9 escolas previstas, numa taxa de execução média anual de 40%, na concretização de menos de metade do investimento previsto e no lançamento de metade das 48 empreitadas previstas.
- » Promover a introdução nas escolas de Lisboa de uma avaliação de inglês com certificação atribuída pelo Cambridge School.
- » Reforçar o policiamento de proximidade nas áreas urbanas envolventes às escolas da cidade.

APOIO AOS MAIS VELHOS

Lisboa é a cidade mais envelhecida de Portugal Continental e com o menor número de jovens face à população residente em idade ativa.

Em 2015, 28,3% da população residente, em Lisboa, tinha 65 anos ou mais, contrastando com a Área Metropolitana de Lisboa e Portugal Continental, onde estes valores eram, respetivamente, de 20,15% e 20,7%.

A população idosa e o envelhecimento constituem o desafio social mais representativo nas freguesias de Lisboa, a par das demais dificuldades identificadas no Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, nomeadamente a saúde, os cuidados continuados, a família, a pobreza e os comportamentos aditivos.

Acresce que as situações de isolamento social e solidão dos idosos em Lisboa têm vindo a aumentar. Em 2011, cerca de 35 mil residentes com 65 anos ou mais viviam sozinhos, correspondendo a 26,9% da população deste grupo etário.

Esta dinâmica está em parte associada a um aumento da população com 75 anos ou mais, que em 2015 atingia os 76 mil habitantes, representando 15,1% da população da cidade, em contraciclo com a redução, em mais de 40 mil habitantes, da população total residente.

A evolução da estrutura etária da cidade é acompanhada por um enviesamento, mais evidente nos grupos etários mais avançados, nomeadamente dos 75 anos ou mais, dos quais dois terços são mulheres.

O envelhecimento em Lisboa está ainda associado a baixos níveis de escolaridade, o que acentua a sua vulnerabilidade e também aqui a questão do género é premente. 80% da população do grupo etário de 65 anos ou mais, sem qualquer nível de escolaridade, são mulheres sendo que 63,5% do mesmo grupo etário concluiu apenas o 1.º ciclo.

Os dados referentes a Lisboa, no que respeita aos rendimentos, apresentam na generalidade valores superiores aos da AML e do país, apesar de o custo de vida ser superior. A título de exemplo, o recurso à auto produção alimentar fica também mais dificultado, entre outros aspetos porque 86% da população da cidade com 65 anos ou mais vive em andares superiores.

Neste indicador, porém, o problema não reside nas situações de mais baixo rendimento, que correspondem às populações mais vulneráveis. Em Lisboa residem cerca de 1.788 beneficiários da Pensão Social de Velhice, dos quais três quartos são do sexo feminino, fazendo convergir, num grupo particularmente vulnerável, idosas com baixo rendimento, baixo nível de escolaridade, a viver sozinhas e com idade avançada.

Há uma tendência generalizada de envelhecimento na sociedade portuguesa, que é ainda mais acentuada na cidade de Lisboa. Como consequência, o índice de dependência tem vindo a agravar-se, correspondendo a um ratio de aproximadamente um idoso para cada duas pessoas em idade ativa, em 2015.

A rede de cuidados continuados constitui outra área onde existem carências gritantes na cidade de Lisboa, relativamente à qual a Câmara Municipal não tem prestado nenhuma atenção.

Em 2015, a cidade apresentava uma carência de aproximadamente 1.000 camas, dispondo apenas de 80 operacionais, segundo dados do Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016. Este é um flagelo silencioso que se abate sobre os cidadãos de Lisboa, no momento em que estão mais indefesos, e que por isso apresenta uma menor projeção mediática. Acresce que, desde 2009, estão identificadas 15 localizações possíveis para a construção de unidades de cuidados continuados integrados, na Carta dos Equipamentos de Saúde de Lisboa, 4 das quais passíveis de concretização imediata – no Alto do Lumiar, no Charquinho, em Carnide/Luz e em Algés.



Porém, a rede de assistência social à terceira idade não se esgota na criação de uma nova rede de cuidados continuados. Importa, também, assegurar a capacidade de os idosos permanecerem nas suas casas e nos seus bairros e promover a integração social na envolvente de toda a vida.

Lisboa quer voltar a crescer, na população e na economia. Lisboa quer rejuvenescer. Mas Lisboa não começa do zero. Lisboa quer crescer com a experiência e a vivência das suas gentes. É, pois, central saber promover o envelhecimento ativo para, por um lado, melhorar a qualidade de vida dos mais idosos na cidade e, por outro, transmitir essa experiência aos mais novos.

O fomento de um envelhecimento com qualidade de vida na cidade obriga a políticas públicas centradas na organização, coordenação e articulação de uma extensa rede institucional de apoio e incentivo, numa lógica de proximidade.

Nesse sentido, a Rede Social de Lisboa deve dar o passo efetivo para que foi criada. Deve juntar à capacidade de diagnóstico e de diálogo a dimensão de coordenação no terreno, territorializando a intervenção social de proximidade através das Comissões Sociais de Freguesia.

Neste quadro, cabe à Câmara Municipal de Lisboa assumir o apoio aos idosos como prioridade de atuação política, substituindo o somatório de ações de várias instituições qualificadas, por uma efetiva coordenação social.

Assim, propomos:

- » Investir na Rede Social de Lisboa como estrutura capaz de promover uma coordenação mais eficiente da ação social do município e das freguesias, junto das pessoas em áreas como a saúde, o desenvolvimento local, a educação, o poder local, a cultura, a população estrangeira, o desporto ou o ambiente.
- » Coordenar a atuação do Conselho Local de Ação Social de Lisboa, enquadrada pelo Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020, com uma aposta determinada no pleno funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia.
- » Valorizar o papel das Comissões Sociais de Freguesia junto das famílias e dos residentes e a sua atuação no terreno, suportada pelo conhecimento de proximidade, seja no domínio dos serviços de assistência social, seja na promoção do envelhecimento ativo e saudável. As Comissões Sociais de Freguesia devem servir de agregador capaz de articular e tirar o máximo partido do trabalho de

qualidade realizado por entidades com capacidade de intervenção local. O funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia não deve ser padronizado nem seguir modelos únicos de atuação, sendo privilegiada uma adequação à realidade socioeconómica e institucional de cada freguesia e à sua evolução no tempo.

- » Implementar o Programa Lisboa Ativa, uma política de envelhecimento ativo com vista a:
 - » Mobilizar o conhecimento deste grupo etário para o bem da sua cidade e dos cidadãos que os rodeiam, assegurando a transmissão da experiência coletiva para os mais jovens.
 - » Assumir as redes de solidariedade como uma segunda família abrangendo as diferentes dimensões do serviço aos reformados, como a ligação aos jovens em idade pré-escolar e básica, as atividades culturais, o incentivo ao voluntariado ou a universidade sénior.
 - » Promover o envolvimento dos moradores, idosos, IPSS, escolas, entre outros, em tarefas de proximidade, como, por exemplo, a manutenção dos espaços verdes ou a realização de sessões temáticas no âmbito escolar, através de experiências e iniciativas-piloto, que possam subseqüentemente ser implementadas.
 - » Reforçar a Universidade Sénior, através da consolidação de parcerias com as universidades públicas da cidade.
- » Reforçar a rede de cuidados continuados com vista a enfrentar uma carência gritante, nomeadamente:
 - » Assegurando a construção de 3 unidades de cuidados continuados municipais nas localizações passíveis de construção imediata, desenvolvendo parcerias para a exploração eficiente, garantindo a articulação com a ação das Comissões Sociais de Freguesia.

- » Promovendo a disponibilização de terrenos ou de edifícios devolutos, aptos a reabilitar e em condições favoráveis para a contractualização de novas unidades de cuidados continuados, junto do Ministério da Saúde, de entidades privadas sem fins lucrativos ou de privados com competência reconhecida no setor da saúde.
- » Investindo na captação de novos investidores interessados na construção e gestão de novas unidades.
- » Investir nos Centros de Saúde já existentes, bem como criar novos Centros de Saúde nos bairros com maior densidade de população idosa.
- » Criar e apoiar a criação de Centros de Dia de proximidade nas localizações com maior densidade de população idosa.
- » Apoiar e desenvolver residências sociais para idosos.
- » Reforçar o LX Porta-a-Porta no apoio ao transporte dos mais idosos.
- » Retomar o programa de apoio à autonomia dos idosos através da realização de pequenas reparações domésticas, assim garantindo conforto e segurança nas suas casas.
- » Melhorar a oferta das redes de apoio domiciliário existente, promovendo melhores condições de resposta por parte das IPSS, das freguesias e dos demais agentes de cuidados de proximidade a idosos.
- » Criar o Alerta SOS Idoso: uma plataforma informática que irá centrar todos os contributos da comunidade, sinalizando idosos em risco, assegurando ferramentas de monitorização comunitária e promovendo a ligação entre IPSS, Freguesias e Município. Uma plataforma de georreferenciação que permitirá a utilizadores registados sinalizar alertas que ficam imediatamente disponíveis para que os serviços sociais de proximidade, por exemplo os de uma Junta de Freguesia, possam dar uma resposta célere e eficaz. Esta plataforma pode também ser alargada à proteção dos sem-abrigo.

- » Desenvolver o Programa Lisboa, uma Vida, uma Árvore, associando o voluntariado no âmbito do envelhecimento ativo com o pré-escolar e ensino básico a um programa de qualificação ambiental da cidade, centrado na duplicação da plantação de árvores na cidade. Este programa visa promover a colaboração e a partilha de experiências de vida entre gerações, sendo as árvores da cidade o testemunho da continuidade geracional em Lisboa. A sua implementação estará centrada na arborização das zonas abandonadas e expectantes em toda a cidade, como por exemplo a Encosta do Casal Ventoso ou o Parque Verde do Vale de Alcântara.

MULTICULTURALIDADE, IGUALDADE E TOLERÂNCIA

A multiculturalidade de Lisboa constitui um dos seus ativos estratégicos, um polo de atração e de irradiação para a Europa e para o Mundo. É o ADN da cidade e um dos principais valores em que Lisboa faz a diferença, pelo que importa continuar a promover uma cultura de valorização da diversidade étnica, cultural e religiosa.

Em 2015, a população estrangeira residente no Concelho de Lisboa era de 49.780 habitantes, correspondendo a cerca de 9,9% da população residente na cidade, e a 12,7% do total de imigrantes em Portugal. Lisboa mantém uma variação de taxa positiva no número de residentes estrangeiros desde 2009, em contraciclo com o verificado em Portugal e a AML, que desde 2010 conhecem sucessivas taxas de variação negativas.

Até 2011, os dados de fixação territorial dos imigrantes revelavam uma elevada concentração no centro histórico da cidade, com um eixo de polarização situado ao longo da Avenida Almirante Reis, e na zona da Ameixoeira e Charneca. Nos anos recentes a cidade conheceu um aumento da fixação de imigrantes, que pode ser enquadrada pelo regime de autorização de residência para atividades de investimento.



Lisboa é multicultural pelo exemplo que dá. Deve ser uma cidade proativa a acolher imigrantes e refugiados de diferentes origens, não como porto de passagem para outros destinos, mas antes orientados para o seu acolhimento na cidade com perspetivas de futuro.

Para tal, a Lisboa cosmopolita deve ser uma Lisboa rica na diversidade e verdadeiramente inclusiva e plural. Uma Lisboa equilibrada, que assume políticas municipais com vista não só a travar uma separação entre o centro e a periferia, entre bairros fechados sobre grupos específicos, mas também a impedir vivências paralelas entre comunidades que não interagem entre si ou com a sociedade de acolhimento.

Por isso, propomos:

- » Oferecer igualdade de oportunidades a toda a população imigrante e de diversas origens, como o acesso à habitação, a cuidados de saúde, a educação bem como oportunidades de mobilidade social e profissional.
- » Procurar mitigar os desafios inerentes à integração dos imigrantes que aqui se instalam e dar respostas adequadas e específicas a cada grupo, a cada bairro, a cada cultura, a cada comunidade.
- » Criar um programa de alfabetização para Lisboa, apoiado nas juntas de freguesia e orientado para os casos já diagnosticados em que a taxa de analfabetismo é mais elevada.
- » Promover e incentivar o diálogo intercultural e inter-religioso, nomeadamente através da celebração e partilha de festas religiosas e culturais por parte de grupos minoritários, nas escolas, nos locais de trabalho, nos bairros e nas instituições municipais.
- » Fomentar a reciprocidade e aprendizagem mútua, entre imigrantes e a sociedade de acolhimento, investindo em programas de ensino da língua e cultura portuguesas a imigrantes, por exemplo, mas também na sensibilização, formação e educação especializada de todos aqueles que, no seu quotidiano, lidam com segmentos da população de diversas culturas, nacionalidades e etnias.





DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

POR UMA CIDADE QUE GERA RIQUEZA

Lisboa não pode estar excessivamente dependente de um único sector económico – o turismo.

Lisboa é uma cidade com enorme atratividade e potencial económico, que se distingue no quadro nacional pelo seu peso institucional e administrativo enquanto capital do país, bem como pelo seu papel polarizador na AML, pela sua localização geográfica no estuário do Tejo e enquanto capital atlântica da Europa. Lisboa é também importante pelas relações privilegiadas que estabelece com os países de língua portuguesa e pela tradição de multiculturalidade.

Estas características dão a Lisboa condições únicas para atrair investimento e massa crítica, podendo posicioná-la na linha da frente em termos de competitividade, conhecimento e inovação, tanto a nível europeu como internacional.

Neste quadro, a Lisboa do conhecimento é, nos dias de hoje, muito mais que o tema do ensino superior, investigação e desenvolvimento. A Lisboa do conhecimento é um *cluster* central da economia da cidade e assume uma dimensão estratégica para o seu desenvolvimento económico e social; domínios que a Câmara Municipal não foi capaz de potenciar e que carecem de uma nova intervenção política. Note-se até que, inversamente à crescente tendência de polarização metropolitana, Lisboa tem vindo a perder relevo no quadro do ensino superior na AML com a recente fuga de polos universitários de excelência para outros municípios, como a *Nova School of Business and Economics*, e cujo alastramento a outras instituições importa estancar.



Mais relevante, porém, é o desfasamento da cidade relativamente às necessidades deste *cluster*, que não tem sido suficientemente acarinhado nem compreendido no seu potencial socioeconómico.

Lisboa é, por exemplo, uma cidade bastante deficitária em termos da oferta de residências universitárias e em que várias carecem de obras urgentes de requalificação, algumas atingindo padrões inaceitáveis de condições de habitabilidade. Há também uma elevada carência de espaços de estudo e é evidente a falta de coordenação com as universidades no apoio ao empreendedorismo. A cidade não tem uma política para os estudantes de mobilidade internacional e a agenda cultural não está ao alcance da generalidade dos estudantes.

Estes problemas têm vindo a agravar-se a um ritmo acelerado, acompanhando a turistificação da cidade, com os consequentes aumentos dos preços da habitação e do custo de vida e o afastamento da comunidade estudantil.

Em síntese, falta a Lisboa uma visão integrada do *cluster*, que entenda a rede universitária de forma unitária e coordenada, ao serviço do estudante, e simultaneamente enquanto área de negócio com potencial socioeconómico único. Uma missão que a Câmara Municipal não soube assumir até ao presente.

É, pois, imperativo investir na cidade como um destino atrativo, não apenas do ponto de vista turístico, mas também ao nível do ensino, da investigação, do empreendedorismo e da mão-de-obra qualificada.

Lisboa tem atualmente uma rede de incubadoras que integra cerca de 200 *start-ups* e 15 espaços de *cowork*. Apesar de nos últimos anos ter havido algum progresso nesta área, o panorama permanece muito aquém do desejável. A título de exemplo, no último ranking de cidades publicado sobre os ecossistemas de *start-ups* no mundo (*The Global Startup Ecosystem Ranking 2015*, pela *Compass.co*), Lisboa não aparece no top 20, onde pontuam cidades

como Londres, Berlim, Moscovo, Paris ou Amsterdão. Aliás, Lisboa não aparece sequer na segunda lista, onde estão Barcelona, Dublin ou Oslo. Mesmo com a realização do WebSummit de 2016, não é seguro que Lisboa venha a constar no mapa das *start-ups*.

Ao contrário das suas congéneres europeias e mundiais, Lisboa ainda não consegue ser suficientemente competitiva para atrair investimento e empreendedores estrangeiros, apresentando ambientes e ecossistemas de inovação pouco diversificados e muito orientados para o empreendedorismo e o mercado nacionais: 80% das pessoas que aí trabalham são portuguesas, apenas 20% do investimento é proveniente de capital de risco e de *business angels* e a grande maioria das empresas vende menos de 10% para o mercado internacional.

São escassas as articulações estratégicas com as universidades e os centros de investigação da cidade, dimensão que entendemos ser a mais relevante para impulsionar as novas economias na cidade.

Porém, a utilização náutica dos 16 km de frente ribeirinha está muito aquém do seu potencial. Lisboa dispõe de 4 docas de recreio – Bom Sucesso, Belém, Santo Amaro e Alcântara – e de uma marina – Parque das Nações –, totalizando cerca de 1650 lugares de estacionamento para embarcações de recreio, mas a oferta está essencialmente virada para as embarcações residentes e não para embarcações visitantes.

Uma cidade competitiva é, antes de mais, uma cidade onde vale a pena trabalhar, e onde o trabalhador prefere residir.

Em Lisboa existem já muitos motivos de atração para as atividades económicas, as quais são, porém, contrariadas por uma política fiscal com impostos extremamente elevados, que não apenas afastam a fixação de novas empresas internacionais e desincentivam o sentido empreendedor dos residentes, como penalizam igualmente os trabalhadores e os moradores, questão à qual um programa social-democrata não pode ficar alheio.

Assim, propomos:

- » Promover uma política fiscal estável, menos penalizadora dos moradores e socialmente mais justa, taxando onde existe margem e impulsionando as atividades económicas na cidade através de taxas municipais com valores competitivos ao nível da Área Metropolitana, nomeadamente:
 - » No que respeita aos residentes: i) reduzir a componente municipal do IRS, tendo como objetivo chegar aos 5% no final de dois mandatos; ii) manter a redução máxima prevista por Lei para as famílias com dependentes; iii) extinguir a taxa de proteção civil; e iv) manter a taxa de IMI nos 0,3%, o mínimo admissível por lei.
 - » No que respeita à economia: i) manter as isenções da Derrama para empresas; e ii) promover o aumento da taxa turística para 2 Euros.
- » Estabelecer um pacto fiscal a nível municipal, para não aumentar impostos nem criar novas taxas durante períodos de 6 anos.
- » Assumir o *cluster* do ensino, I&D e inovação no governo da cidade, criando uma sede de articulação regular entre a Câmara Municipal, os Reitores, os estudantes e os empreendedores e promotores de *start-ups* de Lisboa, orientada para a valorização do *cluster* e para a sua articulação com o setor empresarial.
- » Inverter a dinâmica de fuga de universidades de prestígio de Lisboa e potenciar a localização diversificada de polos universitários, criando as condições necessárias à fixação de estudantes e à dinamização de várias zonas da cidade, apostando, por exemplo, na fixação de uma faculdade de referência na frente ribeirinha.
- » Apoiar a imediata reabilitação, pelas universidades públicas, das residências de estudantes existentes que carecem de obras urgentes de requalificação.

- » Desenvolver uma política de residências universitárias, envolvendo a Universidade e agentes privados, através da cedência de património municipal em condições de ser reabilitado e com localizações centrais.
- » Investir no acolhimento dos estudantes estrangeiros em Lisboa, entendidos como agentes estratégicos para a cidade, na medida em que são mensageiros das qualidades da cidade no mundo, potenciais futuros investidores, residentes ou turistas de qualidade.
- » Apostar fortemente numa política cultural de Lisboa acessível aos estudantes, articulada com as respetivas associações.
- » Inverter decididamente o tipo de envolvimento dos estudantes na vida da cidade, assegurando que são chamados a participar e que as suas ideias, em setores como a cultura, o desporto, o empreendedorismo ou as artes, têm eco e potencial para ganhar uma dimensão ativa na cidade.
- » Desenvolver parcerias específicas diretamente com a Federação Académica de Lisboa, no que respeita à disponibilização de espaços de estudo de excelência.
- » Promover espaços vocacionados para *clusters*, localizados em zonas dedicadas e em áreas onde se encontram empresas como as de Media e TIC, as farmacêuticas e as biotecnológicas.
- » Promover canais eficientes de ligação entre a autarquia, a Universidade e o tecido empresarial.
- » Apoiar os estabelecimentos comerciais históricos da cidade, aqueles que adquiriram uma dimensão patrimonial e que são relevantes para a sua identidade, os quais devem ser acarinhados, apoiando a sua recuperação e modernização, de modo a prolongar a sua competitividade.



- » Desenvolver plataformas e iniciativas orientadas para a promoção do comércio de rua, por âmbitos territoriais (bairros) ou temáticos (comércio histórico), replicando experiências internacionais de desenvolvimento de portais digitais, coordenando horários, oferecendo serviços partilhados ou promovendo eventos públicos de animação local.
- » Criar condições para um ecossistema de *start-ups* diferenciador, reconhecendo os fatores de alavancagem positiva: acesso a financiamento, disponibilidade de talento, acesso a mercados/consumidores, qualidade da experiência de *start-up* e políticas públicas que apostem na diversificação e crescimento de incubadoras e aceleradoras de referência.
- » Assumir o papel de agregador e potenciador de todos os programas e iniciativas que já existem ao nível da sociedade civil e que carecem de apoio, ao invés de agir apenas como mais um operador do ecossistema, com *hubs* e incubadoras próprios.
- » Tornar acessíveis a todas as camadas da população as valências da inovação e do empreendedorismo, nomeadamente através da formação e desenvolvimento de competências dos mais desfavorecidos e do investimento em projetos de apoio ao empreendedorismo nos bairros problemáticos.
- » Criar políticas públicas que maximizem a entrada de investimento direto estrangeiro, produtivo e virado para o empreendedorismo, promovendo *brain circulation* e facilitando a fixação de talento estrangeiro, através de uma abordagem diferenciadora para os vários públicos-alvo, que tenha em consideração os grandes fatores de atratividade para empreendedores nacionais, por um lado, e estrangeiros, por outro.
- » Simplificar todos os processos burocráticos, com a consequente redução dos custos jurídicos inerentes.

- » Avaliar, em conjunto com outros parceiros, os fatores diferenciadores para colocar Lisboa no top20 do mapa dos ecossistemas de *start-ups*, por exemplo, apostando em *very early stage start-ups* ou em alguns setores em particular.
- » Promover um *cluster* de excelência nos vários graus do sistema educativo, com especial atenção para o ensino superior, suportado pelas universidades de eleição que a cidade acolhe e por centros de investigação de referência internacional.
- » Promover programas de desenvolvimento de competências das várias camadas da população na área digital, com vista a preparar os estudantes e os trabalhadores para as necessidades e profissões do futuro, ditadas pelas disrupções tecnológicas em curso.

Trazer as pessoas até ao rio que abraça a cidade passa por intervir em duas componentes relevantes. A primeira consiste na requalificação geral de toda a frente ribeirinha, através da identificação e disponibilização de espaços para a instalação de projetos estruturantes, públicos e privados, que (i) assegurem a sua reabilitação e (ii) contribuam para uma ocupação diversificada; passando por medidas como as seguintes:

- » Reavaliar o planeamento urbanístico e infraestrutural, em parceria com a Administração do Porto de Lisboa, de todos os espaços de reconversão potencial sob jurisdição da cidade e do porto, numa perspetiva integrada, evitando repetir erros de coordenação como os presentes na Doca de Santos e Aterro da Boavista, desenvolvidos em três instrumentos autónomos e de forma descoordenada, quando deviam fazer o oposto e aproximar a cidade do rio.
- » Promover, nomeadamente, a saída do Porto de Lisboa e do terminal de contentores da frente ribeirinha da cidade de Lisboa.

- » Democratizar o planeamento da cidade ribeirinha, mediante a abertura de concursos públicos para o pensamento e o projeto da cidade e do rio, envolvendo as respetivas ordens e associações profissionais, em alternativa à caneta do Vereador Manuel Salgado.
- » Diversificar a ocupação da frente ribeirinha, apostando em centros empresariais e incubadoras, espaços para *start-ups* e *ateliers* para artistas, equipamentos turísticos e culturais, universidades e centros de investigação, mas mantendo como dominante os espaços públicos e os espaços verdes, reforçando a sua dimensão de polivalência, nomeadamente: i) um Centro de Negócios do Mar, que permita atrair para Lisboa sedes ou delegações de organizações e centros de investigação e tecnologia internacionais ligados ao mar; ii) uma faculdade emblemática da cidade, promovendo uma ocupação jovem e internacional, complementada pela oferta de espaços para alojamento de estudantes e para a instalação de *start-ups*; e iii) um Centro MICE (*meetings, incentives, conferencing, exhibitions*), que inclua um centro de congressos e reuniões e espaços de exposições, complementado por uma oferta hoteleira de proximidade.
- » Reforçar a aposta no turismo náutico, através: i) da qualificação (e ampliação) da oferta de portos de recreio; ii) da disponibilização, ao longo da frente ribeirinha, de locais de apoio às atividades marítimo-turísticas e prática de desportos náuticos, numa vertente lúdica e turística que complemente e traga novas sinergias à oferta já existente; e iii) da criação de condições para potenciar a partida e a chegada dos cruzeiros turísticos, passando pelas seguintes medidas:
 - » Qualificar a oferta de apoios à náutica de recreio, através da concessão, individual ou em conjunto, das docas de recreio, assegurando a oferta de serviços complementares em especial às embarcações visitantes e respetivas tripulações, bem como aos residentes.

- » Identificar e equipar, através de concessão, novos locais de apoio à náutica de recreio, em particular nas docas da Docapesca, da Marinha e do Poço do Bispo e na frente ribeirinha entre Alcântara e o Cais do Sodré.
- » Dinamizar e divulgar junto das grandes empresas de navegação turística as condições que permitam valorizar Lisboa como porto de partida e chegada dos cruzeiros turísticos, complementando o cruzeiro turístico com a oferta hoteleira de suporte e o *hub* aeroportuário.
- » Transformar Lisboa numa cidade inteligente, uma *smart city* conectada, com uma rede *WiFi* municipal gratuita. Hoje a cidade navega no pelotão da retaguarda, sem o protagonismo de outras cidades globais, onde os decisores políticos optaram por investir no acesso às tecnologias de informação para todos os que nelas habitam, trabalham e visitam. Uma rede municipal gratuita tem hoje uma justificação económica clara, pelo aumento de eficiência e pelas novas formas de trabalho que potencia para a própria cidade, não necessariamente implicando um aumento de impostos municipais. Para além de parcerias com fornecedores, as cidades mais avançadas apostaram em soluções de *smart city* onde as infraestruturas (iluminação, semáforos, parquímetros) estão interligadas, as congestões de tráfego são monitorizadas e minimizadas em tempo real, os serviços de suporte aos munícipes funcionam permanentemente e com recurso a *big data*, a qualidade do ar é testada frequentemente, entre outros. O efeito de uma rede municipal gratuita é também claro para a promoção do empreendedorismo da zona coberta, sendo que as cidades mais inteligentes o usam como um fator diferenciador para captação de investimento.



CULTURA

Lisboa apresenta uma lotação de cerca de 56 mil pessoas em recintos de espetáculos, 45 mil dos quais em lugares sentados, distribuídos por 41 recintos e 72 salas, tendo atingido cerca de 2,3 milhões de espectadores e gerado uma receita de 27,3 milhões de Euros.

A cidade apresenta uma taxa de espectadores por habitante quatro vezes superior à taxa nacional. Porém, o custo médio dos bilhetes vendidos situa-se nos 18,40 Euros, o que limita o acesso de alguns grupos à cultura, nomeadamente os estudantes do ensino superior.

No que se refere ao número de visitantes por museu, Lisboa apresenta cerca de 92 mil visitas, dos quais apenas 12% constituem visitantes escolares. Este é um valor francamente baixo, atendendo à riqueza da oferta da cidade que dispõe de 53 museus, vários de âmbito nacional. A oferta de galerias de arte é também relevante, contabilizando cerca de 143 galerias e a realização de aproximadamente mil exposições temporárias por ano.

Lisboa é uma cidade de cultura e de culturas, onde o património se cruza com as artes, os livros com as imagens, a arquitetura com o design; onde o velho se encontra com o novo, a tradição se funde com a inovação, numa harmonia única na Europa e no Mundo. Para Lisboa se assumir como cidade da cultura é necessário promover um conjunto de medidas orientadas, por um lado, a assegurar o acesso de todos os seus cidadãos a ações culturais e, por outro, a captar turismo de qualidade.



É neste quadro que propomos:

- » Promover uma melhor gestão, utilização, programação e promoção dos equipamentos culturais, articulando: i) os equipamentos do Estado e do Município, através de parcerias, programações e promoções conjuntas; ii) as iniciativas públicas e privadas, através de sinergias conjuntas; e iii) a rede de equipamentos culturais da cidade através de uma valorização integrada.
- » Recuperar o projeto de Belém Distrito Cultural.
- » Criar a Bienal Atlântica de Lisboa, evento artístico internacional para a apresentação de projetos artísticos dos países banhados pelo Atlântico.

- » Criar a marca Lisboa, Cidade das Artes, através da transformação do Parque Mayer num grande complexo dedicado às escolas performativas, ao teatro, à música e à dança, promovendo aí a sede da indústria dos serviços da cultura e do entretenimento, com uma componente gastronómica cosmopolita, que permita experiências de cozinha de todo o mundo.
- » Criar a marca Lisboa, Cidade do Cinema e do Audiovisual, através de incentivos à instalação de produtoras de todo o mundo e rodagem de filmes nacionais e estrangeiros, aproveitando a reabilitação das zonas do Beato, Xabregas, Marvila e Vale de Chelas.
- » Criar a marca Lisboa, Cidade da Poesia, celebrando os poetas da cidade e a literatura em geral, num festival anual a ter lugar imediatamente após a Feira do Livro.
- » Criar uma rede urbana de leitura para todas as idades, nas bibliotecas, nos bairros, nas escolas, nos centros de dia, nos centros culturais, nos espaços públicos.
- » Promover uma política de proximidade com os agentes da cultura, (i) criando uma rede de incubadoras criativas e *ateliers* artísticos multidisciplinares, com vista a projetar os nossos artistas e designers e simultaneamente acolher artistas e designers de todo o mundo, e (ii) melhorando a articulação com as organizações artísticas profissionais e amadoras da cidade.
- » Transformar a EGEAC numa estrutura que, para além da gestão e produção dos espaços que lhe estão atribuídos e das Festas de Lisboa, assuma novas competências no desenvolvimento das indústrias culturais e criativas.
- » Promover a produção criativa e artística, de instalações, de desfiles e de espetáculos de rua, orientada para a qualidade da nova promoção, assegurando a sua divulgação, a interação com os cidadãos e a dinamização turística da cidade.

- » Criar um museu digital de arte pública, tomando por referência boas práticas europeias, (i) que inventarie, descreva e georrefereencie as peças de arte pública da cidade, (ii) que promova a sua interação e a partilha de conhecimento com outros museus virtuais de arte pública e (iii) que seja acessível ao turismo, disponível em roteiros que combinam a arte pública com os vários equipamentos da cidade, ligados às artes e ao património, permitindo preparar visitas temáticas a Lisboa.

TURISMO

Visitar Lisboa está na moda, mas não pode ser apenas uma moda.

O turismo constitui um setor crucial da economia da cidade, mas a cidade não deve ficar excessivamente dependente de um setor económico, devendo promover a diversificação das atividades económicas que fomentam e sedimentam o desenvolvimento económico. Queremos promover um turismo que dinamize a economia da cidade e seja gerador de emprego de qualidade e que conviva com a vida quotidiana de uma cidade que garante condições de vida cómoda para os residentes e para quem aqui trabalha.

A expansão da mobilidade global, em parte resultante da emergência dos voos *low cost*, que teve lugar num quadro de alteração das condições geopolíticas internacionais, permitiu a Lisboa crescer como destino turístico atrativo. Lisboa colocou em evidência o que já tinha de positivo, nomeadamente, a segurança, a simpatia das pessoas, a competitividade nos preços, a diversidade de oferta, o bom clima, a boa gastronomia, o charme e personalidade da cidade, o património, a cultura, o ambiente, o rio e o mar; e conseguiu afirmar-se como destino turístico diversificado, no turismo de eventos internacionais, como conferências académicas e profissionais ou eventos desportivos e culturais, no *city-break*, nos cruzeiros, entre outros. A centralidade do Aeroporto de Lisboa constitui também um atrativo da cidade para vários tipos de turismo.





Porém, o setor do turismo não está estabilizado na atual situação e conhece uma profunda transformação, em parte associada à nova vaga tecnológica. É neste quadro que, a partir de 2014, assistimos à diversificação do tipo de estabelecimentos hoteleiros da cidade, para além dos tradicionais, tendência que se deve também à nova expressão que o alojamento local vem ganhando (classificado como habitação e não como estabelecimento hoteleiro), a partir de plataformas digitais como a AirBnB, a Homeaway ou a Booking.com, e para as quais não existem dados fidedignos disponíveis.

Segundo a Associação de Turismo de Lisboa, em 2015, o setor do turismo gerou cerca de 150 mil postos de trabalho na região de Lisboa e teve um impacto de 8,4 mil milhões de Euros, sendo de assinalar em particular a margem de crescimento médio anual, por comparação com as demais capitais europeias.

Tratando-se de um fenómeno positivo em si mesmo, evidenciado no impulso que promoveu a reabilitação urbana das zonas centrais, não implica, porém, uma total inação e ausência de regulação por parte do município.

Regular não significa desinvestir ou travar o turismo, mas antes evitar repetir os erros que outras cidades cometeram. Lisboa pode e deve desenvolver a atividade hoteleira e as diferentes formas de alojamento turístico. **Lisboa pode e deve desenvolver os serviços e atividades que a diferenciam como destino de excelência, apostando num turismo que pernoita e vive a cidade, sem que isso afaste residentes. No entanto, tal não significa aceitar todo o tipo de turismo, aceitar todo o tipo de atividades, de forma passiva e indiscriminada relativamente a qualquer outro destino internacional.**

A gentrificação constitui um perigo real, não apenas para os moradores, que não conseguem acompanhar a evolução crescente dos preços da habitação nas zonas centrais, mas também para a Lisboa do ensino, que dependente, em parte, da capacidade de atrair estudantes internacionais que procuram condições atrativas de habitação na cidade.

A inação da Câmara Municipal tem acentuado a concentração da população residente na coroa periférica da cidade, onde se desenvolveram as grandes expansões habitacionais desde a década de 1940 e o efeito da turistificação demora mais a chegar. Inversamente, as zonas centrais acentuam a dinâmica de perda de população que já evidenciavam, comprometendo a identidade e autenticidade da cidade de Lisboa e correndo o risco de se transformarem em parques temáticos turísticos globalizados.



Connosco a política será diferente. Assim, propomos:

- » Salvar o charme e personalidade da cidade através da valorização dos traços de personalidade determinados pela sua geografia e pelas suas gentes: o charme, a luz, as colinas, o ambiente, a cor, o clima, a cultura, a história, o património, a gastronomia.
- » Promover uma discussão pública alargada sobre a identidade da cidade e a sua relação com novas dinâmicas económicas e sociais, com o apoio do Centro de Informação Urbana de Lisboa, em articulação com as universidades e com outros agentes de desenvolvimento, com vista a melhor apoiar a decisão política relativa ao enquadramento de novos projetos e atividades.
- » Acomodar e apoiar as novas plataformas, (Airbnb, Homeaway, Booking.com, entre outras).
- » Estabelecer a fronteira entre o que é alojamento local e o que é indústria hoteleira.
- » Desenvolver a plataforma *Lisbon Welcome*, que centralizará os *websites* de oferta hoteleira e de alojamento local, integrará uma base centralizada de reclamações para turistas e reunirá informações úteis em domínios como a história e património da cidade ou a agenda e programação cultural.
- » Disponibilizar ao longo da frente ribeirinha equipamentos de apoio à prática de desportos náuticos numa vertente lúdico-turística, onde seja possível alugar embarcações de recreio e/ou receber uma aula particular, dinamizando um *cluster* específico do turismo na cidade, que também traga benefícios para os cidadãos de Lisboa.
- » Promover a prática de desportos náuticos a residentes e turistas sem que tenham de dispor de embarcação própria ou ser associados de um clube, complementando a oferta existente vocacionada para a aprendizagem e competição.

- » Incentivar a dupla utilização desses equipamentos, durante a semana, pelo desporto escolar, nos fins-de-semana e em períodos de férias escolares, por uma componente lúdico-turística.
- » Tirar partido das diferentes instalações existentes na cidade, nomeadamente as dos clubes e coletividades e as públicas, com vista a alavancar o subsector do turismo desportivo, seja pelo acolhimento de estágios internacionais, seja pelo apoio à promoção de eventos internacionais.
- » Substituir progressivamente os *tuk-tuks* por uma rede de táxis turísticos, automóveis elétricos de pequena dimensão, sem transporte de bagagem, descapotáveis, explorados com licença de táxi especializada que combina a formação como taxista com a formação como guia da cidade, envolvendo as associações de taxistas, para os quais constituirá uma nova área de negócio, e os operadores do negócio de *tuk-tuks* elétricos.
- » Desenvolver um programa de Roteiros de Lisboa, sediado na Plataforma da *Lisbon Welcome*, com vista a projetar a arquitetura, o património, os espaços urbanos, os parques, os pontos culturais, a mobilidade, o comércio e restauração, entre outros, orientados para diferentes tipos de público, dos turistas aos residentes, incluindo visitantes especializados e escolas.
- » Criar o roteiro Lisboa, Capital dos Descobrimentos, para promover o turismo cultural e histórico como mais uma das atrações do mar, para além da praia, recreio e desporto.
- » Criar o eixo do mar português, que começa no Aquário Vasco da Gama e que acaba no Oceanário de Lisboa, equipamento visitado por perto de 1,3 milhões de pessoas, das quais 70% são turistas. Este eixo de conteúdos e comunicação da cidade a nível internacional vai incluir o Museu de Marinha, a *Lisboa Story Center* no Terreiro do Paço e trazer de volta à cidade de Lisboa a fragata D. Fernando II e Glória, à semelhança do que faz Londres, por exemplo, com a *Cutty Sark*.



- » Integrar ambas as embarcações no novo Museu das Descobertas, a localizar na frente ribeirinha.
- » Promover concursos para a produção de novos roteiros, como “as árvores da cidade” ou “a Lisboa de Fernando Pessoa”.
- » Assegurar a formação e certificação dos guias e condutores de veículos turísticos da cidade, com vista a garantir padrões mínimos de qualidade no domínio dos roteiros culturais, assim como de outros agentes do turismo da cidade.

AMBIENTE

Em 2014, o sistema de recolha seletiva porta-a-porta da cidade de Lisboa apresentava uma cobertura do setor doméstico de 57%, incluindo os bairros históricos, ligeiramente mais que o dobro da cobertura por ecopontos. Não obstante a capacidade de extensão do sistema de ecoilhas, que representa 15% da cobertura concelhia, é ainda significativa a capacidade de substituição dos ecopontos por recolha seletiva porta-a-porta, matéria que não tem sido prioritária para o executivo.

Porém, esta oportunidade não foi aproveitada pelo executivo municipal para fazer aumentar o volume dos resíduos recolhidos seletivamente, que se mantém relativamente estável após uma dinâmica de crescimento consistente na década passada.

Particularmente gravoso no decorrer do atual mandato autárquico foi a política de abate de árvores que teve lugar na cidade. O investimento nos corredores verdes da cidade e no Parque Florestal de Monsanto não justificam que se tenha descurado a arborização do resto da cidade, nem a adoção de uma política de intervenção no arvoredo, que resulta frequentemente no abate e remoção de árvores.



Neste quadro, propomos:

- » Garantir que o serviço de recolha de lixo é efetuado 7 dias por semana e 365 dias por ano, ou seja, sem interrupções ao fim de semana ou durante os feriados.
- » Conciliar o ambiente com a tecnologia, promovendo programas de eficiência energética e descarbonização da cidade, de gestão dos sistemas de rega e de gestão remota da recolha de resíduos urbanos.
- » Desenvolver várias novas iniciativas no domínio dos espaços verdes, nomeadamente:
 - » Um programa de apadrinhamento de espaços verdes por escolas, empresas e associações locais, garantindo a sua manutenção com base em donativos e em ações de voluntariado.

- » A descanalização e reabertura da Ribeira de Alcântara (como contraponto ao projeto decorativo hoje proposto), incidindo sobre todo o Vale, com tratamento paisagístico em várias cotas, investimento na qualidade da água, coordenação com a infraestrutura ferroviária e rodoviária, valorização de Alcântara-Terra e ligação ao troço final, incluindo a construção de bacias de retenção a montante e o tratamento da encosta do Casal Ventoso e da Pimenteira.
- » Fomentar a captação e retenção de águas pluviais e promover a sua utilização em rega de jardins, limpeza de ruas e pavimentos, bem como para uso sanitário.
- » Aumentar a capacidade de auto produção de eletricidade em edifícios e equipamentos municipais, sempre com recurso a fontes de energia renovável.
- » Alargar aos bairros históricos a recolha porta-a-porta de resíduos triados.
- » Promover a adaptação progressiva dos serviços públicos, centros comerciais, lojas, restaurantes e centros de acolhimento de pessoas sem-abrigo para o acesso a animais de estimação.
- » Criar uma rede de *dog parks*, em colaboração com as juntas de freguesia.
- » Promover ações de sensibilização para a recolha dos dejetos dos animais de estimação, acompanhadas pelo incremento da fiscalização por parte da Polícia Municipal.
- » Criar uma unidade dedicada na CML, dotada dos meios necessários para o efeito, que assegure o mapeamento de todas as zonas do subsolo da cidade propícias à incubação de pragas e com capacidade para responder adequadamente sempre que a população solicitar a sua intervenção.

SEGURANÇA

A segurança constitui um fator de competitividade internacional de Lisboa e um valor para os seus residentes, mas não é um dado adquirido. Precisa de investimento e atenção.

A cidade enfrenta atualmente alguns desafios nesta área. O combate à criminalidade em zonas perfeitamente identificadas de Lisboa, como por exemplo na zona do Intendente, é um deles. Note-se que esta zona estava, aparentemente, a recuperar quando o gabinete do Presidente da Câmara lá se instalou, mas voltou a degradar-se mal ele saiu do local.

Por outro lado, a Lisboa dos turistas também não deixa de enfrentar alguns problemas específicos, como, por exemplo, os furtos e roubos. A atividade dos carteiristas aumentou 200% e os turistas são o seu o alvo preferencial. É sabido que a esquadra do Turismo, situada no Palácio Foz, está à beira da rutura devido ao acréscimo de queixas.

A Policia Municipal tem de ser eficaz a fazer cumprir as regras de trânsito, nomeadamente a combater o estacionamento em segunda fila e a disciplinar as cargas e descargas, bem como a fiscalizar as obras e o espaço público em geral. Porém, não tendo definido prioridades estratégicas, o executivo camarário condiciona e prejudica o trabalho dos agentes que tem ao seu serviço.

No âmbito da proteção civil, o atual executivo tem vindo a autorizar construções em leito de cheias, caves em frentes ribeirinhas, construções sobre rios subterrâneos e escavações em terras sujeitas a deslizamentos sem que as suas consequências sejam devidamente avaliadas.

Nas zonas da cidade mais sujeitas a riscos naturais e antrópicos, a gestão urbanística tem de assegurar uma política que não se limite a garantir a segurança de novas construções, mas que salvguarde a envolvente numa leitura integrada das diferentes cartas do RPDM.

As novas construções têm de ser licenciadas tendo em conta a avaliação do solo em que se encontram. Não obstante, o equilíbrio da estabilidade de grandes manchas em termos de subsolo é sistematicamente ignorado, colocando em risco grandes malhas urbanas. As plantas de condicionantes ambientais têm de ser um fator determinante na gestão urbanística da cidade por serem o garante da sua segurança.

Neste capítulo, também tem de ser definida uma gestão integrada da impermeabilização dos solos com base, não apenas na dimensão do quarteirão, mas sobretudo no tipo de solo onde a construção se insere, já que a penetração das águas é substancialmente diferente consoante os solos sejam calcários, argilosos ou graníticos. Por exemplo, não pode haver uma política genérica de ocupação de logradouros para a cidade sem ter em conta estes fatores.

Connosco a política será diferente. Assim, propomos:

- » Prosseguir um policiamento de proximidade, mais direcionado para o cidadão, e um policiamento especializado, orientado para alvos prioritários e atento aos novos tipos de criminalidade.
- » Prosseguir e reforçar as competências dos vários atores envolvidos na prevenção e combate à violência doméstica, bem como reforçar a sensibilização da população de Lisboa para a natureza pública do crime.
- » Clarificar as competências e redefinir as prioridades estratégicas da Polícia Municipal, reforçando os meios existentes e, em particular, resolvendo o problema do alojamento dos seus agentes.
- » Apostar no reforço da interatividade entre o cidadão e a polícia, e entre a polícia municipal e os outros corpos da administração interna, através do recurso às novas plataformas tecnológicas, permitindo identificar situações de risco em tempo real, facilitar o conhecimento e acesso aos vários programas especiais já existentes e incrementar a coordenação entre as várias polícias, pois



para o cidadão a divisão entre corpos de polícia não é relevante, antes sim a segurança da cidade.

- » Reintroduzir a figura do guarda noturno em determinados bairros da cidade.
- » Reforçar o investimento na cidade para enfrentar os desastres naturais, começando por reconhecer a sua vulnerabilidade sísmica e investindo numa maior resiliência em detrimento das obras estéticas, com destaque para o sector da reabilitação urbana.
- » Apoiar o promotor e o cidadão na prevenção e proteção das construções contra riscos sísmicos, centrando aqui a prioridade da atuação municipal.
- » Fazer uma aposta seletiva e continuada em espaços públicos adaptativos, tendo em vista reduzir a dependência das grandes obras previstas no Plano Geral de Drenagem de Lisboa.
- » Promover uma dinâmica mais forte de trabalho conjunto com as universidades, com as ordens profissionais e com o LNEC, reorientando as prioridades dos serviços municipais e criando um programa de boas práticas e de prémios municipais, divulgando o bem-fazer na prevenção sísmica e contra inundações urbanas.



TRANSPARÊNCIA

POR UMA CIDADE EM QUE SE PODE CONFIAR

Uma cidade cosmopolita, moderna, inteligente, aberta para o futuro e para a inovação, tem de começar por ser uma cidade livre, justa e responsável, que gera confiança nas pessoas (residentes, turistas, investidores ou consumidores) e nas instituições. Queremos uma cidade que promova a eficácia com base na fiabilidade dos seus serviços, que alimente a governança e a cidadania com base na responsabilização dos seus órgãos de governo, que promova o desenvolvimento com base na transparência, na ética e na responsabilidade pública.

Nos últimos anos, o município de Lisboa não tem sido exemplar nesta matéria, tendo-se situado muito aquém do que se poderia esperar da capital do país, com responsabilidades acrescidas num contexto nacional. O Índice de Transparência Municipal, disponibilizado anualmente pela Associação Cívica Transparência e Integridade, é esclarecedor a este respeito. Lisboa não tem sido um município responsável e transparente, tendo andado longe de se posicionar no pelotão da frente no *ranking* nacional, ocupando a posição 115.^a, em 2015, e a posição 137.^a, em 2016, entre os 308 municípios portugueses.

Em matéria de transparência, queremos estar na primeira linha da disponibilização de informação às pessoas, permitindo assim o escrutínio público. A Câmara Municipal não pode ter apenas uma atitude reativa em situações limite, e quando exposta publicamente.

Modernizar Lisboa começa por dar transparência à sua atuação. Para isso daremos passos decisivos: i) no sentido de mudar a cultura institucional em determinadas áreas, substituindo a burocratização

pelo apoio ao cidadão; e ii) no sentido de implementar o *e-government* de uma forma mais efetiva, como serviço facilitador da interação com os cidadãos e empresários.

A cultura institucional do programa social-democrata é a de uma cidade com serviços acessíveis, colaboradores eficientes e escrutináveis, ao dispor dos cidadãos de Lisboa, no cumprimento proativo da sua missão de serviço público. E não a de um custo de contexto ou de uma agência de dificuldades, onde com frequência as pessoas se sentem perdidas, maltratadas ou injustiçadas.

Além do mais, de acordo com o atual Regulamento do Plano Diretor Municipal, quase toda a cidade é Área de Reabilitação, pelo que todo o património edificado é, à partida, para preservar, podendo apenas ser objeto de reabilitação. Sempre que se está perante uma construção obsoleta ou ruína iminente, a Câmara pode decidir que o edifício em causa é um elemento de valorização da cidade e declarar que se trata de um projeto de obra nova.

A questão prende-se com a ausência de critérios e com a arbitrariedade com que a Câmara pode neste momento considerar qualquer projeto como sendo de valorização da cidade, não havendo nenhum critério, nem sequer a necessidade de explicar em que consiste essa mesma valorização. Por motivos que não são explicitados, e que são tudo menos óbvios, um antigo proprietário pode ver-se na situação de perceber tarde que o edifício que vendeu, e que aparentemente poderia ser apenas objeto de obras de reabilitação, pode afinal dar lugar a uma construção nova, com maior volumetria, e que passou a valer muito mais do que o preço inicial.

O executivo camarário tem vindo assim a implementar uma gestão contrária às boas práticas, que contribui para a opacidade da política urbanística. Em vez de ser um instrumento de esclarecimento, orientação, transparência e segurança jurídica para os proprietários e para os promotores, o RPDM potencia uma gestão arbitrária, opaca e injusta.

Connosco a política será diferente. Assim, propomos:

- » Publicar em edital todas as despesas das juntas de freguesia efetuadas no trimestre, para informação dos residentes.
- » Transformar o Regulamento do Plano Diretor Municipal num instrumento que promova confiança, segurança, transparência e equidade, não permitindo que a Câmara Municipal tenha poderes para transformar a gestão urbanística num instrumento que avalia caso a caso e que privilegia uns em detrimento de outros.
- » Alterar o RPDM, fixando regras claras, bem como critérios definidos e precisos que impeçam a possibilidade de haver decisões arbitrárias, pouco transparentes e não fundamentadas.
- » Definir as condições a que obedece uma nova construção, devendo a gestão urbanística, sempre que se verifique se as condições de vetustez do edifício justificam ou não a sua manutenção.
- » Disponibilizar online toda a informação acerca do que é permitido construir em cada zona da cidade de Lisboa, para esclarecer os proprietários.
- » Disponibilizar online toda a informação sobre o preço de compra de cada imóvel, de modo a permitir maior transparência e equidade nos processos de compra e venda de imóveis.
- » Criar uma conta corrente consolidada associada a cada imóvel para que cada residente em Lisboa possa saber o que paga e quanto paga ao município, bem como qual é a finalidade coletiva das suas contribuições, nomeadamente na gestão do património, consumo de água, tratamento de resíduos, saneamento, redes de telecomunicações, etc.
- » Alterar a cultura institucional de serviço público nos departamentos da Câmara Municipal, colocando a competência hoje existente efetivamente à disposição dos cidadãos, promovendo nomeadamente:



- » uma postura de atendimento positivo ao munícipe, providenciando informação e apoiando proativamente em todos os passos do processo, e a sua adequação com vista a um despacho favorável.
- » uma efetiva diminuição dos prazos de licenciamento de obras.
- » o acompanhamento digital da evolução do processo e garantindo prazos rápidos e eficiência na deliberação municipal.
- » Inverter a atual prática de serviços municipais que se contradizem e atropelam, por falta de orientação política do executivo camarário.

- » Publicar no portal da autarquia, de forma visível e de fácil acesso, toda a informação relevante para garantir os necessários níveis de transparência na atuação municipal, durante todo o mandato.
- » Dinamizar o *e-government* integrado de Lisboa, através do aumento e da melhoria da oferta de serviços municipais interativos nas mais diversas áreas, desde a emissão de certidões e certificados, pagamentos, reporte de incidências, pedido de licenças e alvarás, candidaturas a programas e fundos municipais, entre outros, garantindo um acesso 24 horas por dia, 7 dias por semana, e, simultaneamente, oferecendo um suporte de serviços de *help desk* e atendimento personalizado.
- » Disponibilizar diferentes canais de participação cidadã, não apenas restritos ao orçamento participativo e aos momentos de consulta pública no âmbito de planos e regulamentos municipais, dando ao cidadão a possibilidade de se manifestar quando entender fazê-lo.
- » Incorporar soluções e aplicativos móveis, com aplicações *user friendly* e seguras, tanto no acesso aos serviços municipais, como para uso dos próprios funcionários da autarquia.
- » Criar a figura do Provedor do Cidadão de Lisboa, figura independente, disponível para mediar todas as situações em que os cidadãos ou investidores se sintam lesados pelo teor ou forma de atuação, ou pela inoperacionalidade dos serviços municipais.
- » Criar uma solução digital única para permitir aos decisores da CML criarem e usarem quadros de comando poderosos com dados de várias plataformas (incluindo georreferenciação) e, assim, extrapolar informação, contribuindo para melhorar a eficiência dos processos municipais e a eficácia das plataformas e sistemas.



JOSÉ EDUARDO MARTINS

Candidato a Presidente da Assembleia Municipal



TERESA LEAL COELHO

#PORUMASENHORALISBOA